



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
CEAF-CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº. 01/2010

O Presidente do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público, através do presente edital, aprovado pelo aludido Conselho em reunião ordinária realizada no dia 05 de abril do corrente ano, **CONVOCA** os interessados na publicação de artigos científicos na área jurídica, sem vinculação temática, para a Revista Jurídica do Ministério Público nº. 4, conforme as disposições seguintes:

1. A Revista Jurídica do Ministério Público é uma publicação semestral de responsabilidade do CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, que tem por objetivo o aperfeiçoamento funcional dos membros do Ministério Público e o fomento da produção de trabalhos de interesse jurídico por todos os pensadores do Direito.
2. Poderão participar do periódico os membros do Ministério Público, bem como demais profissionais e formandos de áreas afins às ciências jurídicas, individualmente ou por dois autores, no máximo.
3. Os artigos devem ser inéditos, encaminhados por correio eletrônico ao endereço ceaf@mp.pb.gov.br ou via CD-R para o CEAF, localizado na rua Monsenhor Walfredo Leal nº. 353, Bairro Tambiá, João Pessoa, fone 3221-0917, acompanhado de uma cópia impressa, constando ainda da remessa o nome do autor, dados relativos a sua titulação, o título do trabalho e endereço completo, incluindo telefone, fax e endereço eletrônico.
4. Os trabalhos devem ser entregues até o dia **11 de junho de 2010**.
5. Os textos completos (incluindo notas de rodapé e bibliografia, se for o caso) devem conter no mínimo 8 e no máximo 20 páginas, tamanho A4, padrão ABNT, não se aceitando anexos.
6. Os textos devem ser digitados em Word for Windows ou BrOffice, respeitando as seguintes dimensões: papel A4, letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 2 (duplo), margem superior de 3,0cm, inferior de 2,0cm, direita de 2,0cm e esquerda de 3,0cm.
7. Corpo do trabalho: os títulos das seções devem estar em negrito (a primeira seção) e com numeração arábica a partir da segunda seção normal (sem negrito). Entre cada seção, deve-se respeitar o espaço de uma linha.

Após o número do título da seção deve-se colocar ponto, e não hífen, seguido de espaço (entre o ponto e o título).

8. As referências bibliográficas deverão ser indicadas no final do texto, de acordo com a NBR 6023/89 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT), usar sempre itálico para destacar o título do livro ou do periódico.

9. Todo destaque que se queira dar ao texto deve ser feito com o uso de itálico. Jamais deve ser usado sublinhado. Citações de textos de outros autores deverão ser feitas em fonte 10, usar o Time News Roman, sempre que fizer as citações colocar a referência em nota de rodapé, devendo aquelas serem postas no corpo do texto, nos moldes da ABNT.

10. Os trabalhos que não seguirem as normas deste edital e da ABNT serão devolvidos aos seus autores para correção, devendo ser reenviados no prazo máximo de 10 dias.

11. A seleção dos trabalhos para publicação é de responsabilidade do Conselho Editorial e de sua decisão não cabe recurso.

12. O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade de seus autores e a simples remessa do original para apreciação implica na autorização para sua publicação.

13. Os trabalhos selecionados serão publicados na Revista Jurídica do Ministério Público nº 4, em formato impresso e eletrônico (CD), a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

João Pessoa, 06 de abril de 2010.

ALCIDES ORLANDO DE MOURA JANSEN
Procurador de Justiça
Presidente do Conselho Editorial